



+



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Boletim nº 11
23/05/2025

Direção majoritária da Apeoesp (Articulação/PT, CTB/PCdoB, Fórum/PSOL) se nega a chamar a greve pelo segundo ano consecutivo, enquanto o governo amplia seus ataques.

Os professores têm sido atacados sistematicamente com o desemprego/subemprego, fruto do fechamento de sala e turnos; com a contratação precária, os professores da chamada categoria “O” somam a maioria do magistério; com o avanço da platformização que amplia a jornada; com o arrocho salarial, os 11,6% advindos do piso nacional e dos míseros 5%, dados por Tarcísio, vão virar pó pela inflação nos próximos meses. Os ataques não param, agora no segundo semestre, professores e alunos terão que lidar com as escolas cívico-militares, estas com certeza imporão mais opressão à comunidade escolar.

Outro elemento que tem criado um clima de terror em toda a rede estadual é a absurda resolução SEDUC 4/2024 que já tem sido usada para demitir os diretores. No dia 19 de maio foi lançada a resolução 83/2025, que estabelece os critérios da avaliação de desempenho dos professores e demais trabalhadores do quadro do magistério, uma parcela destes sofre com uma situação salarial ainda pior que os professores. Com certeza servirá também para demitir os professores contratados e colocar os professores de castigo, cumprindo horários nas diretorias de ensino e fazendo os cursinhos de lavagem cerebral do governo.

Tarcísio/Feder querem impor a “melhora dos índices”, para usarem como elementos da campanha eleitoral. Por isso, tem imposto o terror sobre os dirigentes, muitos já foram afastados, agora contra os diretores, e no próximo ano sobre os professores.

A ausência da greve como resposta coletiva da categoria nos obriga a ver os golpes serem desfechados sobre nós, sem que possamos reagir. Nesse sentido a direção da Apeoesp que agiu tanto no ano passado quanto neste, para abortar greve, mostra o tamanho de sua submissão à Frente Ampla


do governo burguês de Lula/Alckmin.

Está claro que as medidas de Tarcísio caminham para a destruição dos serviços públicos. Porém suas medidas se assemelham, guardadas poucas diferenças, com as mesmas do governo Lula que também aplica o arcabouço fiscal; que arrocha os salários dos servidores públicos federais; que impõe “metas”, como no caso dos servidores do INSS; que mantém as contrarreformas antinacionais e antipopulares da previdência, trabalhista e do Novo Ensino Médio. Estas ampliaram a opressão sobre as massas trabalhadoras, impulsionaram as privatizações e as terceirizações. O conjunto dessas investidas ampliou a exploração e praticamente congelou os salários, perante uma inflação cada vez maior. O governo de frente ampla, trabalha agora para regulamentar a greve dos serviços públicos para impor mais restrições. Com certeza a nova legislação refletirá a direitização da justiça burguesa que nos últimos anos tem agido com força para criminalizar as greves em todo o país. É por conta dessa submissão que a direção evita chamar a greve, pelo contrário, fez de tudo para arrefecer o movimento nos dois últimos anos.

Para fingir que responde aos ataques, lança mão de sua política de conciliação, com ações judiciais e pressão parlamentar. Na última assembleia, colocou que a falaciosa mesa paritária daria conta de debater os problemas da atribuição, da carreira, das regras do novo estágio probatório, etc.

Estamos diante da necessidade de superar essa direção traidora que faz o papel de conter as lutas, permitindo o avanço dos ataques da burguesia sobre nós. ■

PLENÁRIA ESTADUAL DA CUT

 A retirada dos delegados para a Plenária Estadual deve ocorrer nas regiões com um amplo chamamento das bases. Que todas as correntes e grupos independentes que atuam no interior dos sindicatos possam fazer suas propostas de tese (que tratem de conjuntura internacional, nacional, de política sindical e de seus planos de lutas). Assim, respeitando a democracia operária, todas as posições políticas

podem ser analisadas e votadas pelos professores.

Nos opomos a todo e qualquer acordo de cúpula das correntes que possa fazer a retirada dos delegados dentro da reunião do Conselho Estadual de Representantes. Que sejam convocados às reuniões de representantes nas subsedes para que todos possam debater e discutir os problemas enfrentados pelos trabalhadores da educação. ■